



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000177-96.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: COMAP.

ASSUNTO: Final - **Pregão Eletrônico- Aquisição de Impressos Gráficos via SRP** - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 140 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP deste Tribunal, no qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual **aquisição de impressos gráficos**, conforme relatado na Solicitação de Contratação 31, evento (0970810).

02. O relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa está reproduzido no Parecer Jurídico n. 46/2023 (0988155). A minuta de Edital de Pregão Eletrônico (0993726) foi objeto de análise da Assessoria pelo Parecer Jurídico nº 67/2023 (0994002), recebendo aprovação juntamente com seus anexos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 10/2023 (0996815), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento (0998040).

04. Após a publicação do edital e seus anexos, houve pedido de esclarecimento por parte da empresa PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA (1000326), devidamente respondido por meio da informação (1000429 e resposta 1001190), e ainda dois pedidos considerados intempestivos pelo pregoeiro (1001510 1001511), além de nenhum pedido de impugnação ao edital.

05. Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do Pregão em análise:

a) Relatório de propostas do sistema COMPRASNET (1002749):

PROPOSTAS DAS EMPRESAS:

AVOHAI EVENTOS LTDA - CNPJ 08.804.604/0001-00:

Proposta juntada no evento (1003094) referente aos itens 8 e 10 **do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos (1003055 e 1003574)

EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ 24.525.161/0001-67

Proposta juntada no evento (1003095) referente aos itens 12, 13, 19, 20, 21, 26 e grupo 1 **do edital**. Unidades demandantes manifestaram-se pela aceitação, conforme eventos (1004780 1003787 1003987 1004780 1009313 1020742).

GRAFICA & EDITORA TRIUNFAL LTDA - CNPJ 03.002.566/0001-40

Proposta juntada no evento (1003096) referente item 3 **do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme evento (1003210).

GRAFICA PLANET COMERCIO E IMPRESSAO LTDA - CNPJ 42.545.989/0001-69

Proposta juntada no evento (1003098) referente aos itens 22, 24 e 25 **do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme evento (1003787).

IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA - CNPJ 09.192.266/0001-58

Proposta juntada no evento (1003099) referente aos itens 14 e 27 **do edital**. Unidades demandantes manifestaram-se pela aceitação, conforme eventos (1004722 e 1004024).

LITORANEA COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ 01.540.305/0001-59

Proposta juntada no evento (1003100) referente aos itens 6, 16 e 17 e 18 **do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme evento (1004780 1010254).

OPERA SOLUCOES E GESTAO EMPRESARIAL LTDA - CNPJ 42.271.989/0001-06

Proposta juntada no evento (1003101) referente ao item 1 **do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme evento (1003210).

RONDOFORMS EDITORA E GRAFICA LTDA - CNPJ - 05.155.992/0001-40

Proposta juntada no evento (1003102) referente aos itens 2, 4, 5, 7, 9 e 15 **do edital**. Unidades demandantes manifestaram-se pela aceitação, conforme eventos (1004780 1004523).

MULT GRAF INDUSTRIA GRAFICA, EDITORA E COMERCIO LTDA - CNPJ 10.176.343/0001-65

Proposta juntada no evento (1009120) referente ao item 11 **do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos (1004780 1010246).

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

AVOHAI EVENTOS LTDA - CNPJ 08.804.604/0001-00

Documentos de habilitação juntados no evento (1022619).

EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ 24.525.161/0001-

Documentos de habilitação juntados no evento (1022620).

GRAFICA & EDITORA TRIUNFAL LTDA - CNPJ 03.002.566/0001-40

Documentos de habilitação juntados no evento (1022621).

GRAFICA PLANET COMERCIO E IMPRESSAO LTDA - CNPJ 42.545.989/0001-69

Documentos de habilitação juntados no evento (1022623).

IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA - CNPJ 09.192.266/0001-58

Documentos de habilitação juntados no evento (1003099).

LITORANEA COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ 01.540.305/0001-59

Documentos de habilitação juntados no evento (1022626).

MULT GRAF INDUSTRIA GRAFICA, EDITORA E COMERCIO LTDA - CNPJ 10.176.343/0001-65

Documentos de habilitação juntados no evento (1022628).

OPERA SOLUCOES E GESTAO EMPRESARIAL LTDA - CNPJ 42.271.989/0001-06

Documentos de habilitação juntados no evento (1022629).

RONDOFORMS EDITORA E GRAFICA LTDA - CNPJ - 05.155.992/0001-40

Documentos de habilitação juntados no evento (1022630);

c) Amostras para os itens 19 e 13 entregues pela empresa EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS LTDA (1007333 1007111)

d) Resultado por fornecedor (1022635);

e) Ata do Pregão Eletrônico (1022632);

f) Termo de adjudicação (1022638);

g) Publicação do resultado do julgamento no DOU e DJE (1029251).

06. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório nº 40/2023 (1029253).

07. Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC à Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação (1029289).

É o relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dia e horário em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

10. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) **Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** Houve pedidos de esclarecimentos conforme já relatado no item 4 deste parecer e não houve impugnações.

b) **Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET (1002749) e na Ata de Realização do Pregão Eletrônico (1022632).

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 18 e 23, restaram fracassados.

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – chat -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas nos itens 5.3 e IX do Relatório do pregoeiro (1029253), cujas justificativas demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidos no instrumento convocatório.

g) Do Recurso: Não houve.

Compulsando o relatório elaborado pelo Pregoeiro (1029253) e o que consta na ata do referido pregão (1022632), verifica-se a efetiva tentativa de negociação com os fornecedores visando a obtenção de menor preço, **nos Termos do Acórdão 2622/2021 Plenário TCU, especialmente quanto aos itens 18 e 23 que restaram fracassados** e que as empresas não responderam às tentativas de negociação.

Análise: As ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro (1029253), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de aceitação das propostas.

h) Fase de Habilitação: Após a juntada dos documentos de habilitação e conforme relatório (1029253), o Pregoeiro declarou corretamente habilitadas as empresas 1022626: LITORANEA COMERCIO E SERVICOS LTDA; 1022621: GRAFICA & EDITORA TRIUNFAL LTDA; 1022630: RONDOFORMS EDITORA E GRAFICA LTDA; 1022619: AVOHAI EVENTOS LTDA; 1022625: IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA; 1022628: MULT GRAF INDUSTRIA GRAFICA, EDITORA E COMERCIO LTDA; 1022620: EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS LTDA; 1022623: GRAFICA PLANET COMERCIO E IMPRESSAO LTDA; 1022629: OPERA SOLUCOES E GESTAO EMPRESARIAL LTDA.

11. Observa-se também que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

12. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – DA CONCLUSÃO

13. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (1022638), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

II. Registra-se que, a ASLIC já trouxe ao processo a comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no sítio eletrônico deste Tribunal (1029251).

14. Em função do resultado fracassado e os respectivos cancelamentos no **julgamento dos itens 18 e 23 do edital n. 10/2023 (0996815)**, caso assim mantido pela autoridade administrativa, registra-se a possibilidade jurídica de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos materiais buscados neste certame, com base no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93. A Administração **deverá justificar a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços.** Ademais, tem-se como boa prática que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por

exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada, como no caso deste certame. Isso porque, está registrado na ata do pregão que o fracasso dos itens deveu-se à recusa de redução de preços pelas licitantes. Assim, a unidade demandante poderá ponderar se, eventualmente, os preços estimados não estariam refletindo a realidade do mercado fornecedor dos objetos pretendidos.

15. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, repita-se que há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o prisma do **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU n. 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU n. 2219/2010-Plenário.**

16. De notar-se que eventual repetição do certame poderá ou a contratação direta de parte do objeto fracassado deverá ser **processada sob o regime da Lei n. 8.666/93**, assim como o contrato dela advinda, vez que o processo foi iniciado sob sua égide. Sobre isso:

Lei 14.133/2021:

Art. 191. *Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do **caput** do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)*

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

*§ 1º Na hipótese do **caput**, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do **caput** do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)*

§ 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do caput do art. 193. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

Art. 193. *Revogam-se:*

I - ...

II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

a) a [Lei nº 8.666, de 1993](#); [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 2002](#); e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

(sem destaques no original)

Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022:

Art. 37. *A operacionalização do regime adotado por este normativo deverá ocorrer com a efetiva utilização pelo TRE-RO do Portal Nacional de Contratações Públicas, instituído pelo art. 174 a Lei 14.133/2021 para a divulgação dos atos obrigatórios ali exigidos, inclusive a publicidade dos contratos e de seus aditamentos como condição indispensável de eficácia, na forma e prazo estabelecidos pelo art. 94, regra de observância estrita pelo comando do Acórdão TCU n. 1.731/2022 - Plenário.*

...

§ 2º *Poderão ser processadas com base na Lei n. 8.666/1993 as contratações por inexigibilidade ou dispensa de licitação cujo planejamento das unidades demandantes ou equipes de planejamento tenha iniciado formalmente antes do termo inicial estabelecido no caput deste artigo e que seu processamento tenha sido autorizado pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC).*

17. Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a)**, em 07/07/2023, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1031562** e o código CRC **31A7C15A**.

0000177-96.2023.6.22.8000

1031562v23